

155.^a SESSAO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

563

O SR. ELOY DUTRA * — Sr. Presidente, Srs. Deputados: passadas as primeiras emoções naturais da renúncia do Sr. Presidente da República, devemos reconhecer estar este Congresso de parabéns pela maneira altaiva, sóbria, ponderada e democrática com que a recebeu, concorrendo, destarte, para que o regime democrático no Brasil não sofresse solução de continuidade. Resta agora se cumpra a Constituição com o apoio de todos os partidos, com o apoio das Forças Armadas e com a compreensão do povo. Resta agora Sr. Presidente, ser firme este Congresso definitivamente no conceito público, dando provas da sua vitalidade, da sua intenção de acertar, enfim de que nesta Casa funcione a alma da nossa democracia, onde estão representados os legítimos anseios populares, através dos Deputados aqui enviados pelo eleitorado brasileiro.

Acredito que a razão de toda esta crise decorre do regime presidencialista. Acredito que esta Casa deve trabalhar com afinco para que, no próximo quinquénio, a emenda parlamentar seja adotada e possamos, então, viver num regime livre de impactos e emoções causados pelas renúncias ou pelo poder excessivo conferido ao Presidente da República. (*Muito bem*). Acredito que a Nação esteja amadurecida, que não mais suporta golpes, bochinchos e baderanas, pressões econômicas de grupos e pessoas, que abalam o regime em que vivemos e a custa de muitos sacrifícios e apreensões temos conseguido manter. Acredito que o povo brasileiro, pela sua formação cristã, pacífica, não deseje ver implantada neste País nenhuma ditadura, seja ela da extrema esquerda ou da extrema direita. Acredito que o Brasil, à semelhança de outras nações católicas, apostólicas, romanas, ou mesmo com tendências para outras religiões e credos políticos, mas todas com base no sentimento democrá-

tico, possa subsistir a qualquer eventualidade de golpes e de tentativas de mudança do regime.

A posse do Presidente João Goulart, que se deverá processar mansa e pacificamente, de acordo com os dispositivos constitucionais, será a primeira prova, nesta emergência, do nosso amadurecimento político e do vigor desta Casa.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — Sobre a posse do eminente Presidente João Goulart não devemos fazer apreciações. É da essência do regime a sucessão, é natural a posse de Sua Excelência. Acho que devemos simplesmente fazer votos para que o eminente Presidente João Goulart, ao assumir o governo, constitua seu governo em base nacional, com um ministério da coalizão, de forma que todas as forças vivas da Nação sejam convocadas e participem do novo governo. Acho que nossa preocupação deve ser no sentido dêstes votos ao Presidente João Goulart, não quanto à sua posse, que implica a sobrevivência do regime democrático. Sem posse não funcionaria o regime e sem funcionar o regime não funcionaria esta Casa; teríamos ditadura, que está longe das nossas preocupações.

O SR. ELOY DUTRA — Aceito o aparte do nobre colega Último de Carvalho, apenas fazendo um reparo à sua última frase. Não está longe das nossas preocupações; está muito próximo. E se não estivesse tão próximo das nossas preocupações, o eminente General Lott não teria feito as declarações que acaba de fazer à imprensa, de que considera a posse do Sr. João Goulart uma necessidade para o funcionamento do regime democrático e que estaria em desacordo, como militar, como homem público, com qualquer força que assim não o desejasse. E ainda ouvimos declarações de vários governadores de Estado, como o Sr. Juraci Magalhães e o Sr. Magalhães Pinto, de que o regime não pode sofrer solução de continuidade, mas deverá marchar tranquilamente,

* Não foi revisto pelo orador.

em consonância com as disposições constitucionais.

O Sr. Paulo Freire — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ELOY DUTRA — Com muito prazer.

O Sr. Paulo Freire — Nobre Deputado, nós somos — digo nós, porque conheço o pensamento democrático de Vossa Excelência — contra qualquer golpe, venha ele de onde vier...

O SR. ELOY DUTRA — Da esquerda ou da direita?

O Sr. Paulo Freire — ... de que extrema fôr ou de quem o queiradar. Somos democratas e cristãos e queremos viver neste regime. No entanto, nobre colega, há uma idéia por aí, à qual Vossa Excelênciá já fez uma referência, creio, de se instituir o regime parlamentarista.

O SR. ELOY DUTRA — A partir do próximo quinquênio.

O Sr. Paulo Freire — Ah, bem! porque me pareceu ouvir que devia ser instituído imediatamente. O Congresso iria dar um golpe nas instituições, na Constituição se aceitasse essa idéia infeliz de se adotar a tese parlamentarista a toque de caixa, para que o Senhor João Goulart não tomasse posse. Sr. Deputado, sou um homem que procura resolver todos os problemas de maneira suassaria, mas eu seria capaz de pegar em armas para o Sr. Jânio Quadros tomar posse, como sou capaz de fazê-lo para que o Sr. João Goulart ou outro qualquer homem investido pela lei nesses altos cargos tome posse.

O SR. ELOY DUTRA — Obrigado a Vossa Excelênciá.

Meu pensamento é o mesmo, apenas não pegarei em armas, porque não sei atirar. Estarei, entretanto, nas tribunas democráticas, para, politicamente, reparar qualquer deficiência nesse sentido.

Acredito que, a partir do próximo quinquênio, o regime parlamentar seja uma necessidade pa-

ra este País, que não mais suporta as crises contínuas e permanentes causadas pelo regime presidencialista. Neste momento, porém, seria extemporâneo pensar nesse regime para impedir a possibilidade de um homem que a ela tem direito constitucional. Se o Congresso aprovasse tal idéia — que não fará, creio — teríamos criado um caso *sui generis*, isto é, o golpe teria sido dado pelo Congresso, que estaria definitivamente desmoralizado na opinião pública.

A renúncia do Sr. Jânio Quadros não compete a mim examinar. Sempre acreditei nas instituições democráticas, sempre acreditei que todas as crises políticas podem ser superadas quando existem nos homens que dirigem os destinos políticos do País aquelas qualidades que Augusto Comte considerou essenciais à formação do caráter: coragem, perseverança, ponderação e verdade.

Mas se, neste momento, manobras sutis, pensamentos ocultos, interesses de grupos tornassem tumultuar essa posse, as consequências, por certo, seriam imediatas, porque a opinião pública do País, mais do que esclarecida, pretende a continuação do regime democrático, porque esta é a aspiração do mundo atual.

Ninguém mais tolera se processem massacres na Hungria e nas prisões da Espanha, estes últimos em nome da "civilização cristã". Ninguém mais suporta que tiranetes de republiquetas latino-americanas, tirados do bolso do coléte de generais dominadores possam ser implantados no Brasil, a fim de que este colosso de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados passe a ser uma caricatura dessas republiquetas.

A renúncia do Sr. Jânio Quadros deve ser encarada como ato de rotina dentro do regime democrático. E assim o entendeu o Congresso Nacional, dando posse imediata ao ilustre Presidente desta Câmara, Deputado Ranieri Mazzilli, que por sua vez, passará

155.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

565

a faixa presidencial ao legítimo Presidente da República, Dr. João Goulart.

Isto acontecendo, o incidente da renúncia será superado sem maiores consequências. Cada um tem a sua consciência e o seu modo de agir. E dizia, num dos meus artigos de imprensa, que neste País dois homens não poderiam estar desunidos: Denys longe de Lott; Lott longe de Denys. (*Muito bem*). Sempre fiz restrições em relação à adaptação e à malícia do General, tão necessárias neste campo.

S. Exa., antes de tudo, é um homem puro, é um homem que acredita tanto no regime democrático, como acredita em Deus, no Deus da sua religião. Mas este homem, que não brinca em serviço para manutenção da legalidade e da ordem, não é de fazer bochichos tipo Aragarças; não é de prometer nem de ameaçar; é de cumprir. E o prestígio do Marechal Lott, no seio das classes armadas e no conceito da Nação é um prestígio altamente honroso a todos. Inclusive muitos dos acirrados adversários lhe devotam sentimento de confiança pelas suas condições de caráter, pelas suas condições de cidadão e pelas suas condições de militar.

Portanto, o País que tem homens assim no comando das suas Forças Armadas, senão na ativa, pelo menos no sentido moral, é podendo retornar a essa ativa a qualquer momento, pode e deve contar com a continuação da legalidade e do regime democrático.

O Sr. Euzébio Rocha — V. Exa. faz bem em fixar na liderança de duas das mais altas expressões do Exército a confiança do Parlamento brasileiro.

Gostaria, porém, de acrescentar, nesta parte, a confiança que temos tido em todo o Exército, principalmente na sua manifestação popular. É justo que agora recorde a conduta do Clube Militar, quando, nos idos de 1948, 1949 e 1950, a Nação ainda não se apercebera a importância do debate

que se travava sobre a questão petrolifera. E é justo homenagear aqui o General Horta Barbosa, expressão de valor que se ergueu, no Clube Militar, em defesa da tese monopolista do petróleo. Queiro, neste momento, dirigir apelo aos eminentes chefes militares e, em especial, ao Presidente da República em exercício e ao futuro Presidente, Sr. João Goulart, que há de merecer das Forças Armadas e desta Casa todo o apoio para bem governar este País no sentido de que, quando os eminentes membros do Exército brasileiro se pronunciarem dentro do ponto de vista técnico, se adote aquele critério seguido ao tempo do Governo do Presidente Getúlio Vargas e do Marechal Eurico Dutra, em que tantas vezes o Clube Militar, através dos mais eminentes generais, se manifestou sobre a política de energia atómica, sobre política de petróleo, dando ao Exército brasileiro a função que ele sempre teve, de defender as nossas riquezas e a nossa legalidade. Não se veja no pronunciamento dos eminentes generais qualquer possibilidade de perturbação da ordem. É um limite de liberdade que deve ser estendido ao Exército esse da sua contribuição cultural ao processo de emancipação econômica do Brasil. (*Muito bem*).

O SR. ELOY DUTRA — Muito obrigado a V. Exa.

A par desse esquema de tranquilidade democrática de que todos estamos dando um exemplo, a par da altivez e ponderação com que se portou o Congresso Nacional diante do episódio da renúncia, há que analisar, apenas como advertência, que esta expressão "grupos econômicos" pode ser abstrata quanto a identificação, mas é uma realidade palpável na vida de todos os povos subdesenvolvidos.

Ainda ontem, nesta tribuna, ouvimos de um homem do centro, diria mesmo a um homem quase conservador, mas digno por todos os títulos do nosso respeito — re-

firo-me ao Deputado João Agripino — a confissão de que, sem a anuência de determinadas forças econômicas neste país, ninguém pode governar por mais de três meses, Sua Excelência, do qual somos adversários políticos, confessou e especificou as pressões que ele próprio sofrera à frente de um dos setores da maior importância na vida nacional. Portanto os excessos que se querem prestar à expressão *grupos econômicos*, tratando-os como se fossem elementos abstratos, sem qualquer função na vida dos países, é um erro, e érro grave. Eles existem, eles ai estão e já foram denunciados em duas cartas de dois Presidentes da República, sendo que um, aos 73 anos de idade, num gesto de tragédia grega, ao confessar tais pressões, assinou-a com seu próprio sangue. E ninguém se mata por coisas que não existam ou sejam abstratas ou que realmente não possam influir na vida de um país.

Cabe a nós, deste Congresso, já tão criticado, tão combatido, num processo permanentemente orientado por determinados grupos que têm um grande desejo na sua completa desmoralização para que possam atingir seus objetivos: cabe a nós, o Poder desarmado da República, estar mais do que nunca atentos para que este regime permaneça e possamos viver num clima de paz e liberdade.

A não ser assim, as consequências serão imprevisíveis. O Brasil está neste momento, naquele ponto que os psicólogos chamam de "estado de multidão", isto é, uma massa famélica e desesperançada a esperar providências que tardam. É bem verdade que o povo brasileiro é profundamente pacífico, mas poderá deixar de ser, e, nesse dia, se tornará tão belicoso quanto o povo que mais o seja, na reivindicação dos seus direitos.

Acordo, Sr. Presidente, que tudo deva terminar bem, sem maiores tropeços, que tudo deva

seguir o caminho normal, o caminho da Constituição, o caminho da ordem, o caminho do direito, o caminho da justiça, o caminho da decência.

O Sr. Croacy de Oliveira — Sou daqueles que entendem, Sr. Deputado que, se a Constituição não for respeitada...

O SR. ELOY DUTRA — Ela o será.

O Sr. Croacy de Oliveira — ... se, por uma desgraça, não quiserem aqueles que detêm a força das armas nas mãos, respeitar o direito de o Vice-Presidente da República automaticamente suceder o Presidente...

O SR. ELOY DUTRA — Acreditamos na dignidade das Forças Armadas brasileiras.

O Sr. Croacy de Oliveira — Participo dêste seu entendimento também. Mas se, por uma desgraça, falharem nossos prognósticos, o melhor que se faria era fechar o Congresso, cada um ir para sua casa e preparar a revolução que o povo espera. Porque se as elites não são capazes de fazer a revolução de cima para baixo, o povo, mais dias menos dia, saberá fazê-la de baixo para cima, com acontecimentos e eventos sangrentos, nunca dantes presenciados em nossa Pátria. Praza aos céus, entretanto, queira Deus que as Forças Armadas brasileiras, inspiradas no seu passado democrático, nos seus exemplos de amor à democracia e de respeito à Constituição, saibam respeitar esse direito sagrado que o povo tem, de fazer ascender à suprema magistratura do País o natural sucessor do Sr. Jânio Quadros.

O SR. ELOY DUTRA — Obrigado a V. Exa. pelo aparte.

Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro, sob a liderança correta é ponderada do Deputado Almino Afonso, já expressou sua confiança de que a Constituição será respeitada; já expressou sua confiança profundamente demo-

155.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

567.

crítica de que este episódio não alterará a vida da Nação. Mas, se não desejarmos novas renúncias, novos episódios que nos obriguem de vez em quando a ocupar a tribuna, comentando cartas e renúncias, manobras e ameaças, é necessário se aproveite este momento para que no próximo quinquénio funcione o regime parlamentarista, o único capaz de trazer ao Brasil um sistema de equilíbrio, de tranquilidade e de justiça social, sem maiores tropeços e sem maiores complicações.

Creio, no entanto, Srs. Deputados, que apenas para o futuro quinquénio tal idéia poderá ser concretizada, porque, do contrário, o regime parlamentarista já nasceria sem aquelas condições essenciais ao seu perfeito funcionamento, pois estaria colaborando também para que esta Casa, alma e símbolo de nossa democracia, fôsse coadjuvante num golpe contra a Constituição.

O Sr. Rubem Nogueira — Aproveitando a oportunidade em que V. Exa. alude à necessidade de uma reforma constitucional, a fim de que inauguremos, no próximo período governamental, o regime parlamentarista, devo, ao apoiar as palavras de V. Exa., dizer que há muita gente hoje convertida ao parlamentarismo, pela ação governamental do Sr. Jânio Quadros. Incluo-me entre êles embora teóricamente ainda tenha dúvidas quanto à superioridade do parlamentarismo nestes seis meses. Assistindo ao espetáculo da concentração de poderes nas mãos do Presidente da República, convenci-me de que não é este o conteúdo da democracia. Vimos, de fevereiro a agosto, o Chefe do Executivo Brasileiro fazer tantas coisas, usar de tantas competências, praticar tantos atos que pareciam impossíveis a um só administrador. O Sr. Jânio Quadros começou — e peço perdão se me alongo mais um pouquinho neste aparte — proibindo até a iluminação dos edifícios de Brasília por

medida de economia; dai saiu para a proibição de brigas de galos, impedindo, ultimamente, o maiô, a fabricação de lanca-perfume e outras coisas que não podemos compreender se enquadrarem nos poderes de um chefe de Estado. Sabe V. Exa. que S. Exa. legislou indiretamente, pois, usurpando competências deste Congresso, criou serviços novos por decreto, o que no sistema jurídico constitucional vigente não é dado ao Presidente da República. S. Exa. governou demais; nunca houve, ao que se saiba, na História política da República, um chefe de Estado que tanto pudesse ter governado em tão pouco tempo. Daí a surpresa com que a Nação recebe a sua renúncia, sob o fundamento de que não pôde governar. Historicamente, "data vénia", isto é falso. A Nação testemunhou o Senhor Jânio Quadros fazer tudo que podia e, até, o que não podia. Cito a V. Exa. o exemplo aqui ventilado: haver o Presidente legislado indiretamente, criando serviços, trazendo despesas novas para a República sem prévia autorização legal. Eis por que hoje me incluo entre os que desejam a mudança do regime, para que o governo não seja apenas a vontade arbitrária de um homem, mas o resultado do consenso de um colégio.

O SR. ELOY DUTRA — Responderei a V. Exa. Repito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a emenda parlamentarista, a valer para o próximo quinquénio, será a solução para este País. Acredito que o regime parlamentarista seja o mais perfeito, o mais adequado ao caso brasileiro. Entendo também que, sob esse regime, e com o gabinete chefiado, suponhamos, pelo ilustre e eminente homem público Dr. Raul Pilla não seja S. Exa. contra maiôs e coisas assim, que decorrem dessa soma de poderes individuais conferidos ao Presidente, no regime atual. O que se torna necessário é preservarmos os direitos adquiridos, a

fim de que, para o futuro, caminhemos dentro de um esquema mais adequado ao País.

Dentro do regime democrático, faço minhas as palavras de um dos maiores democratas deste País, o Governador Juraci Magalhães: "Rei morto, rei posto".

Mas o que não se pode deixar de comentar é que, da atitude desta Casa, dependerá, mais do que de qualquer outra, a tranquilidade e a paz para nosso País. O momento seria impróprio para críticas contundentes ou elogios excessivos. Até porque, num regime democrático, um ato dessa natureza tem de ser encarado com a frieza e a ponderação que o sistema exige. Cairíamos, então, naquele clima de histerismo e de emoção que poderia levar o País a caminhos outros muito do agrado de determinados grupos que a esta hora, à sorrelfa, à socapa, na penumbra, disfarçadamente, discutem ainda a posse ou não do Sr. João Goulart. Não estamos no momento de verificar siglas partidárias, conveniências partidárias, conveniências de grupos ou de pessoas e, sim, de respeitar a Carta Magna no seu conteúdo que, pela sua grandeza, pela sua magnitude, pelo seu vigor, está acima de qualquer um de nós, de qualquer renúncia, de qualquer episódio emocional, de qualquer crítica ou de qualquer elogio.

O SR. AURÉLIO VIANNA — O Presidente do Partido Socialista Brasileiro, Dr. João Mangabeira, prestou ontem à imprensa do Rio de Janeiro declaração que julgo de grande importância. Inquirido sobre os acontecimentos que culminaram na renúncia do Sr. Presidente Jânio Quadros, declarou lamentar tivesse sido S. Exa. forçado a renunciar por não poder, segundo ouviu pelo rádio, vencer as forças da reação.

O SR. ELOY DUTRA — As quais já fiz referência.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Disse ainda que a sucessão deve proceder-se em plena ordem e exata-

mente como determina a Constituição da República. Ora, quem pode dizer que o Vice-Presidente da República não tem qualidades para suceder, nos impedimentos, o Presidente eleito, quem o Senhor dê esse julgamento? O Sr. João Goulart foi eleito para, na qualidade de Vice-Presidente da República, presidir o Senado e substituir, na forma da Constituição, o Presidente da República, assim como o Presidente da Câmara deve substituir os dois nos seus impedimentos. Mas, se uma força estranha ao processo democrático, à Constituição da República, também declarasse que o Presidente da Câmara não teria qualidades para substituir os dois primeiros? Chegariam, então, ao absurdo de termos uma Constituição de direito, mas que, de fato, não seria senão um papel sem qualquer importância, sem nenhum valor. O que compete agora aos democratas é a manutenção do regime, do sistema representativo, e isto só se fará através da posse do Vice-Presidente da República. Mesmo porque, se tal não acontecesse, seria a desmoralização do País no campo interno, seria a fuga de todo o povo das eleições, seria a interrupção do processo democrático, pela descrença do povo de que a sua vontade seria respeitada, e seria também a desmoralização do País no campo internacional. Todos nos acusariam de não ter ainda alcançado a maturidade política para nos dirigirmos de acordo com uma Constituição votada pelos representantes do povo, eleitos em pleito legítimo. Em síntese: passaríamos a ser uma republiqueta comunista, uma republiqueta da América Latina. Sr. Deputado, termino o meu aparte dizendo que a impressão atual é a de que o Congresso, pelo menos a Câmara, está toda unida. Temos ouvido declarações de udenistas, de pessedistas, de petebistas, de pessepistas, de elementos de todos os partidos — não sei se isso representa a unanimidade dos elementos que consti-

155.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

569

tuem os partidos — pela posse do Vice-Presidente da República, que hoje realmente já é o Presidente da República.

O Sr. Dager Serra — Isso representaria a fidelidade ao juramento que todos prestamos.

O Sr. Aurélio Viana — Mesmo porque, segundo diz muito bem o nobre colega, isso representaria a fidelidade ao juramento que todos prestamos. A verdade é esta: se o Vice-Presidente fosse forçado a não tomar posse, estaria derruido, completa e totalmente, o sistema democrático.

Isso ainda não aconteceu, porque na carta do ex-Presidente da República ele não faz a mínima referência a ter sido forçado a renunciar pelo povo brasileiro, ou pelas Forças Armadas, ou pelos parlamentares. Fala de forças da reação, e o discurso do Deputado Agripino ontem só teve esse mérito — o de demonstrar que foram os grupos econômicos os responsáveis pela renúncia. Aliás, isso me causou uma deceção profunda. Mas não quero entrar no mérito da atitude do ex-Presidente da República, por questão mesmo de inopportunidade. Estamos jogando a grande cartada: democracia ou não democracia. Acredito que V. Exa., como todos nós, seja pela democracia. É o momento de dar nosso testemunho.

O SR. PRESIDENTE (*Wilson Calmon, Suplente*) — Adviro o orador de que dispõe de três minutos para encerrar sua oração, de acordo com o Regimento.

O SR. ELOY DUTRA — Então, Senhor Presidente, não mais permitirei apartes, para poder concluir este discurso.

Srs. Deputados, mais do que a análise de atitudes pessoais, de renúncia, ou de posses, é minha intenção, nesta tribuna, relembrar, mais uma vez, a tremenda luta do povo brasileiro para consubstanciar seu regime democrático. Quando pensamos que, nos Estados Unidos da América do Norte,

há uma democracia que funciona com uma Constituição intocável, inacessível a qualquer interpretação, Constituição plena e absoluta; quando pensamos que naquele País, em plena guerra contra os países do chamado "eixo", no último conflito mundial o líder dos mineiros, John Lewis, um dos maiores, senão o maior líder sindical dos Estados Unidos, decretou a greve do carvão, pondo, inclusive, em perigo a própria segurança dos Estados Unidos, e que a Carta Magna daquele País lhe garantiu a atitude — percebemos como é triste que, no Brasil, que vai assumindo a liderança da América Latina, tenhamos a cada momento de estar, nós, os congressistas na tribuna, a discutir se haverá ou não golpe, se haverá, ou não posse.

Quando pensamos, Sr. Presidente, que numa democracia como a dos Estados Unidos da América do Norte, críticas candentes, durante uma guerra em que aquela País se empenhava de corpo e alma pela sua própria subsistência, parlamentares discordavam, atacavam e perturbavam, inclusive, a ação das Forças Armadas, que só poderiam tomar determinadas atitudes com a anuência do Congresso; quando pensamos numa democracia desse tipo, ficamos a imaginar como é doloroso estar na tribuna a discutir posses e não posses, possibilidades ou não de bochinchos e badernas em função de uma renúncia ou em função do desejo de grupos que não desejaram a posse desse ou daquele cidadão investido de poderes pela Constituição da República. Neste momento, portanto, acima de quaisquer críticas pessoais, de quaisquer conceitos que possam visar a este ou aquela homem, é necessário, é certo, é imprescindível que o Congresso Brasileiro, que reúne uma síntese da mentalidade predominante nos grupos em todo o País, dé provas absolutas do seu vigor e de sua seriedade, não permitindo, dentro de todas as suas forças, que mais uma vez o regi-

me seja perturbado, como já o foi em tempos idos e por diversas vezes. É necessário que o Congresso, sem atender a siglas partidárias, demonstre a sua fé na democracia, não aceitando imposições de grupos extremistas, da esquerda ou da direita, mas confiando nesta democracia cristã, que é o caminho pelo qual se dirigem os países, mais evoluídos e adiantados do mundo. Nas mãos deste Congresso está agora a maior responsabilidade, porque, embora poder desarmado, é a alma, repito, da nossa democracia e, sendo ela síntese do pensamento brasileiro, não pode falhar diante do nosso povo, traindo as suas decisões tomadas nas urnas no último pleito. (*Muito bem. Palmas*) .

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Eusébio Rocha.

DISCURSO DO DEPUTADO SENHOR EUZÉBIO ROCHA, PROFERIDO NA SESSÃO DO DIA 26-8-1961, MATUTINA, CUJA PUBLICAÇÃO SERIA FEITA POSTERIORMENTE.

O SR. EUZÉBIO ROCHA — Sr. Presidente, continuo a acreditar que a Nação encontrará seu destino através da solução dos seus problemas fundamentais e, entre estes, coloco o da energia atómica.

Ninguém tem dúvida sobre a importância das descobertas científicas neste processo de evolução e de criação de novos rumos na solução dos mais graves problemas econômicos. Sente-se mesmo que a técnica tem marcado, através dos tempos, um processo de criação de riqueza de extraordinário reflexo no desenvolvimento humano. E, dentro desta técnica, o problema do combustível exerce influência marcante.

Não faria afirmativa excessiva se declarasse que a descoberta da máquina a vapor pôs em relevo a importância das jazidas de carvão da Inglaterra e marcou para este país posição de hegemonia no

mundo. A descoberta do motor a explosão criou novos horizontes nesta técnica, deu sentido novo ao processo de transporte através de combustível. E também não erraria se depois afirmasse que o império norte-americano se fundou no aproveitamento das reservas petrolíferas.

Pois bem, Sr. Presidente, hoje em dia tremenda revolução se processa na ciência humana, ainda decididamente ligada ao processo de combustível. Sentimos mesmo que a energia atómica produzida através dos reatores e da maquinaria especializada abre nesse sentido outros horizontes para as nações.

Mas não se pode construir uma pilha atómica, indispensável à produção da energia atómica, sem urânio ou tório. Pois bem, as principais reservas de tório do mundo se encontram na Índia e no Brasil. Quando ainda Presidente o honrado Marechal Dutra e o Brasil foi visitado pelo então eminentíssimo Ministro da Índia, tivemos ensejo de com S. Exa. procurar fixar uma política de preservação dos elevados interesses dos dois grandes países. Queríamos, então, naquela oportunidade, deter a exportação dos minerais atómicos. Naquela ocasião ainda se esvalia, através do Espírito Santo, a incalculável riqueza das areias monazíticas. Tivemos ensejo de elaborar projeto fixando política nesse rumo e proibindo essa exportação. Fomos na oportunidade, violentamente criticados. Sobre nós assacaram até a acusação de querermos criar dificuldades a uma política internacional, porque nos opunhamos à exportação dessas reservas de tório para os Estados Unidos. Repelimos a crítica porque então colocamos a política dos minerais atómicos da seguinte forma: não nos opunhamos a entregar algumas toneladas de tório e urânio, se quisessem nos remeter o aparelhamento necessário à fixação do desenvolvimento da nossa física nuclear e do conhe-